

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA E ACOLHEDORA DAS DIFERENÇAS HUMANAS

Emanuela Nascimento da Silva (autora); Ana Rebeca Paulino Portella (co-autora)

Faculdade Frassinetti do Recife
emanuelanascimento.lima@gmail.com

Resumo

A categoria de psicólogas/os deve acompanhar tudo que envolve o debate sobre a diversidade sexual, de maneira que contribua na luta contra o preconceito e, conseqüentemente, seja evitado o sofrimento impingido às pessoas que não se ajustam ao modelo heteronormativo. Para isso, urge a adequação da categoria às mudanças sociais, inclusive, não se olvidando a necessidade de sensibilizar as/os futuras/os psicólogas/os quanto ao problema, em prol da escuta psicológica atenta ao sofrimento causado pelo preconceito de gênero. A escola é o terceiro ambiente que provoca maior nível de discriminação, logo depois da família e dos lugares públicos. Reconhecemos que existem práticas preconceituosas que causam danos à dignidade humana dentro e fora do ambiente escolar. Tais práticas são orientadas por discursos consolidados historicamente e, conseqüentemente, repetidos no cotidiano, daí que acabam contribuindo para a exclusão dos direitos de cidadania da população LGBT, agravando, assim, o problema a ser enfrentado na educação. Mas, além disso, a escola é um membro imprescindível para promover a igualdade de direitos.

Palavras-chave: Diversidade sexual, Educação, Prática Psicológica.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a escola já foi convocada para dar atenção a assuntos como gravidez precoce, AIDS, DSTs. Agora está sendo procurada para mediar também o combate à homofobia, prezando a diversidade sexual que nem sempre é aceita, pois em alguns casos ela é erroneamente tida como incentivadora da homossexualidade.

“Esta expressão vem se afirmando como opção ao termo diferente ou diverso, e é utilizada no sentido da multiplicidade e da singularidade, buscando assim mostrar que todos e todas fazemos parte da diversidade de expressões de gênero e sexualidade, a qual é constituinte do humano.” (NARDI e QUARTIERO, 2012, p.62)

A escola é o terceiro ambiente que provoca maior nível de discriminação, logo depois da família e dos lugares públicos. Reconhecemos que existem práticas preconceituosas que causam danos à dignidade humana dentro e fora do ambiente escolar. Essas práticas são originárias da

heteronormatividade, do machismo do patriarcalismo e do sexismo que estão presentes nas configurações sociais da educação. Tais práticas são orientadas por discursos consolidados historicamente e, conseqüentemente, repetidos no cotidiano, daí que acabam contribuindo para a exclusão dos direitos de cidadania da população LGBT, agravando, assim, o problema a ser enfrentado na educação. Mas, além disso, a escola é um membro imprescindível para promover a igualdade de direitos. E para cumprir esta função, respeitar a diversidade sexual é fundamental, caso contrário, haverá sempre a discriminação e convivência com a prática da heteronormatividade que só invisibiliza as diferenças e inviabiliza o respeito ao diferente.

As sexualidades são tratadas com base nas crenças religiosas, morais, educacionais, etc. Vemos uma grande luta ao longo da história da sociedade sobre o que deve ser definido ou não como direito sexual. A partir daí, a conquista de direitos precisa servir de orientação às/aos educadoras/es e alunas/os no lidar com os direitos de cidadania relacionados às diversidades sexuais. Hoje, existem grupos que tratam somente da questão LGBT na educação. O programa *Brasil sem homofobia*, do governo federal, desde 2004 articula-se com o movimento LGBT, promovendo e executando diversas ações na área da educação. Um dos principais executores é o Ministério da Educação, que reconhece a urgência dessa discussão na área educacional.

Segundo Toneli (2008) a sociedade vem passando por muitas mudanças e a necessidade de adaptação ficou evidente em todos os campos, na psicologia não foi diferente. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia preocupou-se em mostrar aos profissionais da Psicologia que a homossexualidade não é uma doença. A contribuição da Psicologia para a sociedade, frente a conflitos que giram em torno das práticas sexuais ditas ‘não normais’, ou seja, que fogem do padrão cultural pré-estabelecido, vem sendo de suma importância para o esclarecimento sobre o assunto e a redução do preconceito.

A categoria de psicólogas/os deve acompanhar tudo que envolve o debate sobre a diversidade sexual, de maneira que contribua na luta contra o preconceito e, conseqüentemente, seja evitado o sofrimento impingido às pessoas que não se ajustam ao modelo heteronormativo. Para isso, urge a adequação da categoria às mudanças sociais, inclusive, não se olvidando a necessidade de sensibilizar as/os futuras/os psicólogas/os quanto ao problema, em prol da escuta psicológica atenta ao sofrimento causado pelo preconceito de gênero.

A questão da sexualidade sempre foi uma temática que mobilizou o nosso grupo de estudo, seja porque algumas de nós têm muita afeição pelo campo de pesquisa da Psicanálise, seja pela identificação de outras com a área de atuação da/o psicóloga/o social. Por esses motivos, sentimo-

nos impulsionadas a pesquisar sobre esse aspecto do humano (mulher/homem). A escolha do título se deu depois de leituras significativas sobre a diversidade sexual e sua interface com a Educação e com a Psicologia Social-Comunitária.

Temos por objetivo geral promover a reflexão crítica voltada para as ações e interações no âmbito político, econômico, educacional, comunitário e social, que sejam condizentes com essa nova realidade do mundo atual, em matéria de diversidade sexual; e como objetivo específico queremos alcançar, especialmente, as/os professoras/es e alunas/os de uma escola da Rede Estadual da região metropolitana do Recife, buscando contribuir na sua capacitação para uma visão de mundo em que se inclua o respeito à diversidade sexual como forma legítima do existir humano dentro das suas possibilidades de vida. É também nosso objetivo específico incentivar as/os professoras/es nas suas relações com seus alunas/os, a fomentarem a discussão e o reconhecimento das práticas impostas pelo modelo heteronormativo e que não mais se sustentam no mundo de hoje. Move-nos, ainda, o objetivo específico de buscar garantir que as/os alunas/os sejam colaboradoras/es de mudanças dentro das comunidades onde habitam, pois acreditamos que o desenvolvimento da consciência crítica possibilita crescimento em todos os aspectos da realidade de uma pessoa. Neste trabalho, iremos articular novas compreensões e reflexões sobre o ser humano como um todo integrado ao seu tempo histórico cultural e social, em harmonia à sua condição de ser biopsicossocial, utilizando meios que ajudem a escola a não ser um espaço de formação para o mercado de trabalho apenas, mas que contribua para a formação da cidadania e possibilite um modo de agir solidário no mundo e preocupado com o bem-estar da coletividade.

A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: PROCESSOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O ser humano é “a soma total de suas relações”. Essa definição belíssima provém do filósofo materialista Karl Marx. Nós nos constituímos através das relações que estabelecemos através da existência.

“Nossa subjetividade é, pois, formada e tecida pelas relações que vamos trançando e fiando no encontro com o mundo, as coisas, as pessoas, a natureza etc. Cada relação deixa em nós sua marca e o resultado dessas relações forma, tece, em última instância, nossa subjetividade.” (GUARESCHI, 2004, p. 30)

A realidade, além de ser composta por um aspecto subjetivo, que é a afetação singular de cada pessoa, a percepção única e particular de determinado fenômeno social e humano, é também formada por um aspecto concreto e objetivo. A Psicologia Sócio-histórica preocupa-se com essas duas facetas da realidade. Essa corrente da Psicologia é revolucionária, pois constrói outra perspectiva para compreensão da/o mulher/homem dentro da ciência psicológica. A perspectiva psicológica sócio-histórica compreende que cada pessoa traz consigo a dimensão da sua condição social e histórica, e, a anulação desse fator pode levar a/ao psicóloga/o ter uma visão distorcida do comportamento humano, elaborando análises psicologizantes, acríicas e alienadas do contexto social.

“Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um ‘Nós’, mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse ‘Nós’ e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras.” (Lucien Goldman, 1947 IN Lane e Codo, 1984)

Segundo Lane (1984) A Psicologia que se propõe apenas a descrever o que é observado ou preconiza o indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, terá sempre uma ação conservadora, estatizante e ideológica – quaisquer que sejam as técnicas utilizadas –. Se o homem e a mulher não são percebidos como produtor/a e produto, não só de sua história ontogenética, mas da história da sociedade, a Psicologia servirá infelizmente para reproduzir as condições dominantes que impedem a emergência das contradições desse arranjo político-social que estamos inseridos e não contribuirá para a transformação social da humanidade.

O que a subjetividade tem haver com sociedade? Esse tipo de questionamento já nos parece obsoleto, tendo em vista os avanços que a Psicologia já deu desde o momento que se começou a pensar em Psicologia Social. Hoje sabemos que o ser humano é a manifestação de uma totalidade histórico-social-cultural. Vygotsky (1973) afirma que “Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.” A maneira como o ser humano atua socialmente, fala, pensa, trabalha, aprende, ensina, transforma a natureza diz de sua totalidade humana que se constitui dentro de um contexto social e que afeta interativamente essa realidade. Qualquer aspecto da/o mulher/homem representa um aspecto de sua consciência, como disse Vygotsky.

A sexualidade é um dos aspectos que constitui a humanidade de cada pessoa. Como já dissemos, somos produtos de nossa relação com a sociedade, a sexualidade é também uma construção social que se modifica de acordo com a história, a cultura, a sociedade e as mais diversas variações que estamos submetidas. Construiremos sempre um olhar que é atravessado por esse olhar, sem perder de vista as manifestações da singularidade que os possíveis arranjos da sexualidade apresentam. Sobre a proposta da Psicologia Sócio-histórica, a maioria do grupo se sente à vontade para tomá-la como paradigma de compreensão de mundo e pesquisa. Iniciaremos agora o nossa revisão de literatura sobre a diversidade sexual.

SOCIEDADE, PRECONCEITO E EDUCAÇÃO

A história da sociedade brasileira é uma história de pluralidade desde os seus primórdios. Nossa comida, nossas vestimentas, nossas cores são múltiplas e revela a grandeza que é nossa cultura, isso pode ser constatado, diariamente, a olhos nus. Mesmo nossa cultura sendo diversa, nosso modo de perceber essa diversidade é preconceituoso, tendo em vista que desde o “achamento do Brasil”, presenciamos a hegemonia de certas características como sendo melhores e mais dignificantes que outras. Esse narcisismo e etnocentrismo cultural perpassam várias modalidades do existir humano: a etnia, o tipo de cabelo, o sexo, o gênero, a classe, entre outras coisas. Como já dissemos nos centraremos aqui na sexualidade humana.

“A experiência sexual toma forma no Brasil, como em outras sociedades muito complexas, menos no singular que no plural, e assim é menos adequado falar de um só e unificado sistema de significados sexuais na cultura contemporânea brasileira do que em termos de múltiplos subsistemas, em padrões recorrentes, embora díspares, conflitantes e, às vezes, até contraditórios, lógicas que, de alguma maneira, conseguiram entrelaçar e interpenetrar a tessitura da vida social” (PARKER, 1989 in PARKER, 1991, p.14)

As palavras de Richard Parker corroboram as nossas. Vivemos no Brasil, e de um modo geral no resto do mundo, uma dominação do patriarcalismo. No nosso país os ranços do período colonial são expostos, essa autoridade patriarcal se liga a família patriarcal na história do Brasil, não só como uma organização social, mas como um construto ideológico notável que chega a brasileiras e

brasileiros contemporâneas/os com muita força e “determinando” o modo como elas/es compreendem o ordenamento social.

“À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado de obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino.” (FREYRE, 1981, p.93)

Na cabeça de muitas/os brasileiras/os a noção de homem e mulher está atrelada inevitavelmente à ideia de masculinidade e feminilidade, respectivamente. O homem, no período colonial e ainda hoje, é visto como superioridade, força, atividade, poder para violência, impulso sexual incontrolável; já a mulher é vislumbrada como a bela, a frágil, a dominada, a mãe, a histérica e a infantilizada. Achamos necessário elaborar esse pequeno apanhado histórico para mostrarmos como o patriarcalismo, o machismo – a compreensão de que um gênero é superior a outro, no caso, esse gênero superior é masculino – é danoso para o que chamamos de respeito a diversidade sexual.

Quando falamos de diversidade sexual estamos dizendo que existem possibilidades de arranjos sexuais para além do heterossexual, como por exemplo: homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, travestis, entre outras formas de ser e amar. Na mentalidade das pessoas, e isso pode se passar inconscientemente, é vergonhoso um “homem” querer ser uma “mulher” (gay), já que a mulher é inferior ao homem; bem como é inaceitável que uma “mulher” querer tornar-se “homem” (lésbica), um ser superior a ela e não cabe a ela ocupar esse papel. Essas são elucubrações nossas e que são confirmadas por uma observação empírica da realidade que nos cerca e de nossas relações pessoais.

Ser diverso não é ser desigual. A palavra diversidade segundo o dicionário da língua portuguesa Aurélio significa: “Diferente, distinto, vários, variado, mudado, alterado.” Já desigualdade se apresenta como “relação entre membros de um conjunto, que envolve os sinais de ‘maior que’ ou ‘menor que.’” Não há justificativa para a perpetuação de nenhum tipo de desigualdade, pois todas elas ferem a dignidade do existir humano. Devemos promover sempre

enquanto cidadãs e cidadãos abertura para a aceitação da pluralidade e diversidade, porque na diversidade emerge o singular, o subjetivo.

Como sabemos, a escola é um local onde as questões macro, são vividas no micro. A escola é um dos agentes de socialização secundária, para alguns teóricos o mais importante deles. A escola não tem função “apenas” de construir e compartilhar conhecimento, mas reproduz padrões sociais, perpetua muitas vezes o *status quo* social, ou seja, é conservadora e legitima relações de poder arbitrarias. De acordo com Junqueira: “Dar-se conta de que o campo de educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador e normalizador” (2009, p. 14). A escola hoje, de maneira geral, é um lugar de opressão, discriminação das pessoas que se apresentam com os mais diversos tipos de sexualidade, para além da heterossexual.

“Ao longo da história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso”, ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 14)

Constatamos essa realidade facilmente dentro das escolas públicas do estado de Pernambuco. Casos de homofobia, lesbofobia, transfobia são muitas vezes institucionalizados, vemos a olhos nus a violência que parte da própria instituição formadora. A opressão pode se dar de várias maneiras: de aluna/o para aluna/o; professor/a para aluna/o; aluna/o para professor/a; pelo conteúdo programático educativo que não espelha aqueles que não são heterossexuais; por mães/pais homossexuais; pela instituição; e outras/os mães/pais. São tantas as possibilidades, que dar conta de todas nos parece impossível. O ambiente escolar deve superar essas mazelas e construir novas mentalidades e subjetividades. Promover uma educação para a libertação e aceitação, compreendendo que o investimento maior e mais “rentável” é a constituição de um âmbito escolar que quebre paradigmas que estão postos e apontem para a cidadania de todas e todos que constroem e são construídos dentro das escolas públicas. Quando falamos do público não deixamos de pensar que é dever do Estado promover ações que caminhem para essa educação mais libertária e humana.

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE

Segundo Junqueira (2009), precisa ser modificada a invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar. Essa invisibilidade simbólica e real, perpassa desde os discursos das/os professoras/es até a dominação nos conteúdos escolares pela perspectiva heteronormativa. A heteronormatividade é a heterossexualidade instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão identitária e sexual. (WARNER, 1993 IN JUNQUEIRA, 2009). A tendência já detectada evidencia que a escola é “indiferente ao diferente”. Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e gays é uma forma clara e dolorosa de opressão. Parece-nos que alguém que não pode ser, existir, ser ouvida/o, reconhecida/o pode ser vilipendiada/o e odiada/o.

O preconceito, a discriminação e a violência nas escolas que atingem gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis lhes subtraem direitos básicos de cidadania. Como já apontamos anteriormente, modificar paradigmas é uma atitude urgente, entretanto, compreendemos as dificuldades que envolvem essa proposta. Apoiamo-nos em Junqueira, que nos sinaliza a luz em meio à escuridão do túnel:

“Na escola, o trabalho voltado a problematizar e a submeter a homofobia (*leia-se qualquer forma de discriminação sexual*) requer, entre outras coisas, pedagogias, posturas e arranjos institucionais eficazes para abalarem estruturas e mecanismos de (re) produção das desigualdades e das relações de forças. E mais: que também permitam a busca por alternativas às estratégias de intervenção e fomento de vínculos identitários pautados por vitimismos, ressentimentos e ódios. Estes últimos oriundos da auto-representações narcísicas, desatentas à modulação da própria alteridade (e de suas relações de poder) e avessas à necessária ampliação das possibilidades de identificação e de alianças (quer com os ‘diferentes’ invisibilizados dentro do grupo, quer com os de fora)” (grifo nosso, JUNQUEIRA, 2009, p.35)

O desrespeito à diversidade sexual é uma força desumanizadora que corrói a nossa formação e compromete a construção de uma sociedade mais justa e plural. Devemos desestabilizar os postulados heteronormativos e fazer furos na superfície dessa irracionalidade que se apresenta na lesbofobia, homofobia, transfobia, como formas de manifestações poderosas e cruéis. Mesmo com as dificuldades que apresenta, a escola é o espaço que pode construir novos padrões de ensino e aprendizagem, sobretudo se forem abalados valores, crenças, representações e práticas discriminatórias, preconceituosas e violência de todas as ordens, seja ela machista, racista, misógina, sexista, classista.

“A escola é uma instituição fundamental nessa mudança de rumos. No Brasil, cada vez mais pessoas passam por ela, um lugar que pode ser espaço de abertura para novos valores, oferecendo a crianças e a jovens uma pluralidade de pensamentos, além de informações importantes para o seu crescimento e convívio social. A escola não só absorve muitas horas do dia mas acompanha o sujeito durante muitos anos da vida.” (MELLO, GROSSI, UZIEL, 2009, p.176)

Acreditamos e sabemos da importância de intervenções cada vez mais transformadoras dentro das escolas de ensino público. Uma atuação da/o profissional psicóloga/o com compromisso social que caminhe e aponte para uma escola pluralista e diversa, sem preponderância de um gênero sobre outro, mas que acolha as manifestações de cada um que participa e constrói, conjuntamente, esse ambiente. A psicologia enquanto campo teórico e prático já avançou muito na abordagem dessa questão da sexualidade humana.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Já dissemos no apanhado teórico que apresentamos e aqui voltamos a dizer, a escola é uma manifestação da sociedade como um todo; a escola é um quadrante social e político. Partindo dessa compreensão concebemos uma intervenção que visa à articulação com a transformação da comunidade em que está situada a escola. A intervenção foi realizada em uma escola situada no bairro do Recife.

Andrey (1984) diz que a atuação das/os profissionais ligados à Psicologia na comunidade e nas escolas podem ser assim resumidas:

“Presença ativa nas reuniões de pais e mestres; visitas domiciliares e reuniões específicas com mães de alunos, para compreender melhor a cultura familiar e problemas sociais, que interferem na aprendizagem das crianças; diagnóstico do bairro e das características psicossociais da população, *a fim de diretores e professores da escola possam adaptar os conteúdos e procedimentos pedagógicos às necessidades da população escolar; trabalhos em horários extras-escolares com grupos de adolescentes*, utilizando o espaço da própria escola de bairro (...).” (grifo nosso, p.215)

A nossa intervenção inside na capacitação das/os professoras/es e funcionários para que elas/es repensem posturas, discursos e a maneira como transmitem de maneira geral o conhecimento e as suas vivências ao alunado, ao mesmo tempo e na medida do possível, também intervindo junto aos alunos para reforço do trabalho a ser desenvolvido pelos representantes da escola. A nossa intervenção foi grupal e, no primeiro momento, fez com que as pessoas entrem em contato com os seus paradigmas e tomem consciência de como é importante introjetar um novo modo de ver a questão da diversidade sexual tanto entre elas/es, como no alunado.

Os agentes de transmissão do saber e de vivências devem estar preocupados com um conhecimento que, acima de tudo, seja cidadão e humano. E assim, tanto quanto elas/eles forem verdadeiramente sensibilizadas/os e capacitadas/os, poderam juntamente com as/os psicólogas/os promover ações que “erradiquem” ou, ao menos, diminuam de maneira expressiva os comportamentos lesbofóbicos, homofóbicos, transfóbicos. Isto, não de maneira punitiva, mas de forma educativa que vislumbrando um ambiente escolar mais arejado socialmente e politicamente. Evidenciamos a microfísica dos preconceitos que se apresentam em risos, chavões, olhares, posturas, fazendo-os perceber o quão danoso são, para cada um/a em particular e para a sociedade como um todo, esses tipos de comportamentos preconceituosos, que só nos privam de uma sociedade mais democrática.

Lançamos mão de recursos lúdicos, áudio-visuais, dinâmicas e do instrumento mais poderoso da Psicologia, isto é, a escuta psicológica ética e comprometida, mediante encontros e entrevistas grupais e/ou individuais.

Acreditamos que o acolhimento das dificuldades, em face das mudanças propostas é basilar. Sabemos e reafirmamos que a sociedade faz muitas pressões ambientais que caminham na direção

contrária ao que a Psicologia propõe em consideração ao respeito à dignidade humana. As visitas possibilitaram maiores articulações com as teorias e nos mostraram outras possibilidades além das que aqui cogitamos, pois esse é o bonito da vida, a diversidade, a multiplicidade, o mistério.

A mudança na mentalidade das pessoas que compõem o ambiente escolar, enfim, atingirá a comunidade em que fica situada a escola. Nesse momento, cabe a/ao psicóloga/o social comunitária/o, afinar o seu discurso com o da/o psicóloga/o escolar e, juntos, há de mobilizar ações mediadoras de conflitos, dando o suporte para todas/os que se sintam com resistências e impasses frente à compreensão e aceitação desse novo modo de ver o mundo e as pessoas de maneira geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos, como princípio, que uma sociedade perfeita e acabada não existe. A sociedade – leia-se também escola – é um processo de estruturação e desestruturação. O que parece estruturado é recriado continuamente. Cabe a nós como cidadãos e cidadãs e (futuras/os) trabalhadoras/es escolhermos o caminho de reversibilidade das posições desiguais da sexualidade, encaminhando esforços na direção de melhores condições de direitos e cidadania na escola, na comunidade e em toda nossa sociedade brasileira e também mundial, bem cientes dos nossos limites de atuações, mas nunca perdendo a compreensão de que onde estivermos somos agentes de transformação. E parafraseando o filósofo: “Cada vez que o direito de um humano é violado, morre um pedaço de mim.” Que essa inquietação seja mobilizadora de um agir ético e justo, SEMPRE.

A elaboração do referencial teórico foi muito importante para nosso crescimento acadêmico, na medida em que ampliamos o nosso olhar sobre a questão da diversidade sexual, do preconceito e da diferença, percebemos como a discriminação é multifacetada e, para além do que já sabíamos, as leituras e reflexões nos permitiram perceber e sentir mais ainda o sofrimento humano causado por esses fenômenos de discriminação e preconceito aos que deles são vítimas. Faz-se necessário promover ambientes de sociabilidade que correspondam às necessidades individuais e sociais de cada uma/um e de todos.

É importantíssimo o fortalecimento daquelas e daqueles que estão hoje na condição de vítimas e dos que recebem a carga de ódio por um grupo enorme de pessoas. Os homossexuais, lésbicas, transexuais e transgêneros são todas/os cidadãs e cidadãos e têm o direito de ser aceitos e respeitados nas suas diferenças. Ora, isso é o óbvio diante do estágio atual da nossa história político-social, notadamente, do ordenamento jurídico em vigor, que já abraçou a causa da diversidade sexual, incorporando direitos e deveres, em atendimento às justas e legítimas

reivindicações dos que outrora eram excluídos por questões de orientação sexual diversa da ditada pela heteronormatividade. Entretanto, parece que em nossa sociedade ainda é necessário lutar pelo óbvio e muitos continuam resistentes em aceitar e viver esse novo quadro da vida social. Existir e viver com dignidade é o postulado básico que norteia o nosso direito positivo, portanto, toda forma de manifestação humana nesse sentido deve ser legítima e legal, independente de condição socioeconômica, etnia, gênero ou orientação sexual. É na vida que cada um de nós se faz humano e toda vida humana precisa ser digna e preservada socialmente, emocionalmente, economicamente e espiritualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLAHAULT, F., **La Parole Intermédiaire**, Eds du Seuil: Paris, 1978.

FURTADO, O (org). **Compromisso e comprometimento da Psicologia**. Conselho Regional de Psicologia, 2ª Região. Ed. Universitária: Recife, 2004.

JUNQUEIRA, R. D (org.), **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, Brasília, 2009.

LANE e CODO (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

TORRES, M.A (org). **Cadernos da diversidade: A Diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Editora: Autêntica, 2010.

VYGOTSKY, L.S., **Pensamento y Lenguaje**. Editora la Plyade: Paris, 1973.